

JOAQUIM BRANDÃO DE CARVALHO

Universidade de Paris VIII



Joaquim Brandão de Carvalho é investigador e professor de Fonologia na Universidade de Paris VIII. Embora tenha nascido em Portugal, desenvolveu maioritariamente a sua carreira académica em França.

É conhecido pelo seu trabalho no âmbito da Fonologia Teórica e Descritiva, concentrando, nos últimos anos, as suas atividades em três domínios: a estrutura das representações fonológicas, os primitivos fonológicos e a interação da Fonologia com os módulos ‘superiores’.

A sua investigação e enorme contributo na área da Fonologia foi o que motivou a presente entrevista, que foi elaborada e conduzida por João Veloso, membro da equipa redatorial da revista *eling*^{UP}. A entrevista foi prestada por escrito, em 2010, a partir de um conjunto de questões enviadas ao Professor Joaquim Brandão de Carvalho.

João Veloso: *Começamos por uma pergunta óbvia, que já lhe devem ter feito muitas vezes. Nasceu em Portugal, mas desenvolveu toda a sua carreira académica fora do país (sobretudo em França, onde obteve os seus graus universitários todos e onde investiga e ensina em Fonologia há mais de 30 anos). Sente-se um “estrangeirado”, no sentido histórico-cultural que é dado a este termo em Portugal? E, se nos permite uma pergunta pessoal, como vê a atual situação do país, tendo especialmente em conta que provém de uma família com um forte empenhamento político na luta por uma nação melhor?*

Joaquim Brandão de Carvalho: Nasci em Lisboa, mas passei a maior parte da infância e adolescência ora em Paris, ora no Brasil (cinco anos em São Paulo), e depois, já adulto, unicamente em França. A verdade é que quase nunca vivi em Portugal. Só, de quando em quando, estadias de curta duração – e isso não é vivência a sério. Acho portanto que nem sequer estrangeirado sou. Esse é – como sempre foi, pelo menos desde o séc. XVIII – alguém radicado no país, ainda que mantendo fortes laços com o estrangeiro, ou exilado à espera de regresso. Exilado – e talvez estrangeirado – terá sido o meu pai. Eu serei hoje, quanto muito, um francês estrangeirado. Um francês incapaz de dizer espontaneamente “nós” ao falar de si e dos compatriotas que escolheu, mas francês apesar de tudo. Os laços que mantenho com o país vêm-me primeiro da língua – que estive quase para perder há uns vinte anos – e da poesia, dum irmão que me resta em Lisboa, e pouco mais além de lembranças e das saudades *qui vont avec...* A atual situação do país vejo-a, a título pessoal, como ilustração do “desencantamento do mundo” a que assistiu a minha geração e, mais ainda, a dos meus pais. Tinha 16 anos aquando do 25 de abril, e até então este país – a “situação”, como se dizia justamente nessa altura – havia sido para mim ao mesmo tempo a causa de nós estarmos a viver onde vivíamos, ora em França, ora no Brasil, e a promessa de uma formidável reviravolta, a nível político, social, económico, cultural... Pois bem: essa até que acabou por acontecer, mas de forma completamente diferente e inesperada em relação aos moldes marxistas de pensar da época. Portugal é hoje um país tão diferente daquilo que conheceram meus avós e meus pais quando novos, em particular sob o ponto de vista social e da evolução das mentalidades! Encontro em filmes franceses dos anos 30 cenas e ambientes que me lembram episódios da minha infância lisboeta dos anos 60. E que revolução ocorreu? Não a que desejavam muitos na altura, decerto; simplesmente uma que transformou Portugal num país “normal” no contexto europeu. Não quero com isso relativizar a importância dos problemas que enfrenta o país, que os há, claro, e, como se está a comprovar neste momento, de certeza maiores que em países desenvolvidos desde há mais tempo. Quero é salientar o contraste entre o empenhamento político de tantos Portugueses até 1974 e a atual situação, em que os tipos de problema e as soluções propostas por uns e outros se tornaram comuns ao conjunto das nações europeias, e, tal como nestas, se viram afastados de quaisquer grandes projetos de transformação política e social. Nem sempre para bem.

João Veloso: *Como vê, estando de fora do país e na justa medida do que conhece, as diferenças do trabalho universitário entre Portugal e a França?*

Tendo tido contacto pessoal e profissional, ao longo da sua vida, com diversos contextos universitários e académicos (Portugal, Brasil, França, pelo menos), consegue aperceber-se de algumas diferenças a nível do tipo e das condições de trabalho desenvolvido nesses diversos contextos?

Joaquim Brandão de Carvalho: Na medida do que conheço, as diferenças que noto envolvem sobretudo duas especificidades (provisórias) do sistema francês. Uma é a ausência de seleção (formal) à entrada na Universidade e propinas extremamente baixas. Daí locais e condições de trabalho no dia-a-dia bastante inferiores às que se podem encontrar mesmo em universidades de países menos desenvolvidos. Outra especificidade francesa é a estranhíssima divisão do mundo académico em três setores: a Universidade propriamente dita, o CNRS e as *Grandes Écoles*. Para simplificar, a Universidade é a docência e o CNRS a investigação. Um *enseignant-chercheur*, muitas vezes, está ligado a ambas as entidades. Eu, por exemplo, sou professor titular (catedrático) da Universidade e pesquisador “associado” a um laboratório “misto”, isto é, cogerido e cofinanciado pela minha universidade e pelo CNRS. E, dentro das universidades, há departamentos, que gerem a licenciatura e o *master*; o doutoramento, esse, incumbe às *Écoles doctorales* da universidade, que reúnem vários departamentos e laboratórios. E o pós-doutoramento é da responsabilidade exclusiva dos laboratórios! Pode-se calcular o nível de complexidade a que se chega para, por exemplo, financiar os custos duma participação em colóquio. Eu, como *enseignant-chercheur*, serei pago pelos serviços centrais da universidade, ou pelo CNRS; um estudante em doutoramento sê-lo-á pela *Ecole doctorale* ou pelo laboratório a que pertence. A decisão depende da simples conjuntura orçamental. Quanto às *Grandes Écoles*, tais como, nas nossas áreas, a *École Normale Supérieure*, vivem bastante afastadas da universidade. O papel delas é historicamente o de formar os professores do Ensino Secundário. Aqui o que domina não é a complexidade, mas o paradoxo: pouca pesquisa há nessas *Grandes Écoles*, mas o prestígio delas é tal que atraem boa parte dos melhores alunos dos liceus, que acabam assim muitas vezes perdidos para a investigação. Formei-me aqui e, portanto, conheço desde sempre o sistema francês. Não consigo, no entanto, evitar que ele me inspire certo sentimento de exotismo quando o comparo com o que vejo em Portugal e noutros países, que, apesar de todos os problemas que há em toda a parte, me parece muito mais simples e muito menos paradoxal.

João Veloso: *A sua carreira tem-se repartido pelos dois domínios tradicionais do trabalho académico nos moldes europeus: a investigação e a docência. Recentemente, tem-se dedicado também à gestão universitária. Como vê a interação entre estas diversas componentes, sobretudo tendo em consideração que num país como a França estruturas como o CNRS tornam possível que um cientista se dedique exclusivamente à investigação, sem qualquer ligação ao ensino universitário? Nunca se sentiu tentado por se concentrar num só aspeto da vida universitária? Em seu entender, quais as vantagens ou desvantagens da “distribuição” pelas duas atividades ou da concentração numa só?*

Joaquim Brandão de Carvalho: Investigação e docência são para mim dois aspetos complementares e indissociáveis. E quando falo de docência, penso também na formação dos estudantes de 1.º ciclo, recém-chegados à universidade. Ensinar implica, por vezes, ter que responder a perguntas “ingénuas” que, pelo menos indiretamente, de modo subterrâneo, frequentemente influem no trabalho de pesquisa. E também é verdadeira a recíproca: elaborar toda uma arquitetura teórica acarreta o ter que a justificar, e aí tem também o ensino um papel notável. Sei que o CNRS é admirado em muitos países, por proporcionar um espaço de liberdade ao pesquisador. Não me parece, porém, boa ideia copiá-lo nos mesmos moldes e sinto-me mais do que cético em relação ao estatuto de investigador perpétuo e a tempo inteiro. Se a pesquisa pode ser, de certo modo, uma atividade vitalícia, é-me impossível conceber que alheie o investigador de toda e qualquer atividade docente; investigação como *full time job*, por outro lado, só tem sentido durante certos períodos da vida dum investigador. Daí a posição que é a minha – e que desgraçadamente mais coincide neste ponto com certas posições da direita política francesa – de transformar o CNRS num organismo que continuaria a fornecer os meios materiais e financeiros para investigação, mas que só albergaria pessoal próprio, isento de encargos docentes, de maneira provisória, com base em projetos. Pelo menos em Linguística e em ciências humanas – os problemas serão certamente diferentes nas disciplinas experimentais – a melhor pesquisa em França é feita nas universidades, apesar de todas as tarefas ligadas ao ensino. Claro está que isso supõe uma carga horária de aulas que não seja um absurdo, e que não haja nesse aspeto grandes disparidades entre as disciplinas e departamentos – coisa que, pelo menos até agora, se verifica em França, mas que pode, infelizmente, vir a mudar com a maior autonomia conferida ultimamente pelo Estado às universidades.

João Veloso: *O Professor é conhecido pela sua produção no âmbito da Fonologia Teórica e Descritiva, mas quem o conhece pessoalmente não pode ignorar os conhecimentos aprofundados que tem em vários domínios e níveis, a começar por outros domínios da Linguística (Sintaxe, Linguística Histórica, História da Linguística) e a acabar em áreas como a Literatura, a História, a Filosofia, a Política, a Matemática e a Lógica. Considera-se um “homem do Renascimento” pela pluralidade de conhecimentos que domina? Em que medida, em seu entender, o seu estudo enquanto linguista tem beneficiado de toda essa abrangência?*

Joaquim Brandão de Carvalho: Receio que já não haja muitos “homens do Renascimento” hoje em dia. E a maneira como evoluem as disciplinas do campo das humanidades não concorre mesmo para ressuscitar o humanismo quinhentista. A vida tem-se tornado difícil para um simples *honnête homme* à maneira do século das Luzes, se ainda os houver. Não temos hoje – nem tive eu – a introdução à variedade de domínios do conhecimento que foi outrora de praxe na formação. Mas não é tanto, aliás, a perda do carácter enciclopédico do saber que me parece o ponto mais importante nessa evolução. Mais grave é a meu ver a diluição do aspeto “gratuito” conferido ao conhecimento. Agora, e cada vez mais, o cientista tem de ser um “profissional”. E isso reflete-se tanto na fragmentação de diversas áreas do conhecimento – um profissional tem que ser “especialista”, não é? – como em vários traços aparentemente anedóticos, mas que denotam conformismo em relação a um modelo empresarial da vida académica (ou ao modelo das ciências experimentais, que, pelos vistos, satisfaz a imagem que muitos de nós querem ter de si próprios): comunicações de 20 minutos, uso intensivo do *PowerPoint*, cronologia regressiva das publicações no *curriculum vitae*, quantificação crescente dos critérios de avaliação da atividade – ou melhor, da “produtividade”! – científica, causa da inflação, um tanto ridícula, de artigos e de colóquios a que temos vindo a assistir. Não sou de maneira alguma saudosista duma era dourada que nunca existiu. Tento é, simplesmente e na medida do possível, manter, no meu domínio, uma diferença que me parece sã e necessária entre ciência e sociologia da ciência. Nem sempre é fácil.

João Veloso: *Quais são, em seu entender, as qualidades essenciais num linguista? E um fonólogo: deve ter qualidades diferentes das de um especialista de outra área da Linguística? Uma afirmação que lhe temos ouvido é a de que, ao contrário da Sintaxe ou da Semântica, a Fonologia tem uma “genealogia” muito própria*

dentro dos estudos linguísticos. Já o ouvimos até traçar a sua própria “genealogia”: Brandão de Carvalho filho de Encrevé, Encrevé filho de Martinet, Martinet filho de Meillet... Quer falar-nos sobre isso também? E quer explicar-nos por que é que noutras áreas da Linguística essa genealogia é menos evidente?

Joaquim Brandão de Carvalho: Nunca entendi bem por que razões acabei por preferir estudar Fonologia em vez de Semântica ou de Sintaxe. A única de que tive rapidamente consciência, mas que não exclui de certeza outras, é a ligação natural, dado o passado da disciplina, entre a Fonologia e a Linguística Histórica, a vertente diacrónica que sempre me atraiu. O que também me seduziu na Fonologia foi, por um lado, a considerável autonomia desta em relação aos outros módulos da linguagem, em suma, em relação ao sentido; e, por outro lado, o rigor e a coerência da organização dos sistemas fonológicos. Duma certa maneira, a conjunção desses dois aspetos parece paradoxal e misteriosa: donde vem essa coerência, a lógica e a formidável economia da faceta sonora das línguas, se essa organização não está (diretamente) ligada ao papel fundamental da linguagem que é veicular sentido? Não vejo bem como definir a especificidade da Fonologia em termos de “qualidades” requeridas no fonólogo. Mas penso que as características de que falei são causa de outro paradoxo: desligada do sentido, a Fonologia acaba por ser o domínio de certa maneira mais “abstrato”, literalmente, da Linguística, aquele cujos dados não envolvem glosa, interpretação, à maneira duma frase em Sintaxe; antes, *abstraem-se* da substância fónica, sendo os critérios e os limites dessa abstração a principal fonte da variedade das teorias elaboradas desde há um século. Suponho que a “genealogia” a que se refere, ou seja, a continuidade manifesta na definição do nosso objeto de estudo, tem a ver com isso. Existe, para falar como Hjelmslev, uma “substância da expressão”, que é a base da Fonologia; a “substância do conteúdo”, essa, é muito menos clara. Daí haver, no meu campo, uma demarcação relativamente nítida entre forma e substância e, portanto, um certo consenso na questão de saber quando acaba o som e começa a sua representação, seja qual for a teoria fonológica, isto é, o nível de abstração aceite para essa representação.

João Veloso: *Quando lhe pedimos que diga em que quadro teórico trabalha, diz que tem dificuldade em se circunscrever a uma só teoria, mas não hesita em definir-se como um “linguista estruturalista”. Pode explicar-nos melhor esta filiação? Quem assistiu ao seu curso sobre marcação em Fonologia na Faculdade de Letras do Porto no verão de 2010 ou quem leu o seu último livro percebe*

que a sua erudição linguística, por um lado, e o recurso a vários conceitos e modelos de análise fornecidos por mais do que um quadro teórico dificilmente o podem aprisionar numa só teoria. Como se situa relativamente a quadros menos conhecidos e explorados, pelo menos em Portugal e mais recentemente, como a Fonologia do Governo, por exemplo? E como é que um linguista que se diz “estruturalista” vê todos os avanços alcançados pelos designados “modelos não-lineares” da Fonologia Generativa e pelos “constraint-based models” como a Teoria da Otimidade?

Joaquim Brandão de Carvalho: Acho que essa dificuldade em me situar num quadro teórico preciso tem justamente a ver com a continuidade da problemática em Fonologia de que falávamos. Ao invés do que ocorre em Sintaxe, onde se é ou “minimalista” ou “HPSG” ou seja o que for, há em Fonologia uma espécie de património teórico comum que faz com que, até certo ponto, muitos problemas sejam “traduzíveis” dum modelo para outro. Essa língua comum é, em grande parte, a “protolíngua” que nos vem do Estruturalismo das origens – ou até do séc. XIX: a tensão fundamental entre restrições de marcação e restrições de fidelidade na Teoria da Otimidade lembra, em muitos aspetos, a postulada pela escola neogramática entre câmbio fonético e pressão analógica! Definir-se, em 2010, como estruturalista não quer dizer que se pensa como Trubetzkoy ou Bloomfield, como se nada tivesse ocorrido desde os anos 30 do século passado... Significa, sim, no que me toca a mim, que tomo a precaução, como cético, de me definir a *mínima*. Por exemplo, muito se fala e escreve ultimamente acerca de “Linguística Cognitiva”. Embora hoje em dia boa parte dos que se reclamam dessa corrente se dediquem ao *Chomsky-bashing*, foi evidentemente a Gramática Generativa que sacou a rolha da garrafa mentalista. Ora, essa deriva parece-me tudo menos evidente: por que razão teriam os fundamentos da Linguística de ser (exclusivamente) cognitivos? E, ainda que assim seja, que autoridade têm muitos dos linguistas que enveredaram nessa direção? Que se saiba, a maior parte (salvo no campo da Aquisição) não tem formação alguma em Psicologia e ainda menos em Ciências Neuronais... Parece-me, pois, prudente atermo-nos, para critério de avaliação das nossas teorias, ao que nos é familiar e ao que podemos abstrair dos dados, isto é, à lógica sistémica dos objetos fonológicos, fundadora da disciplina. Que outros, formados noutras áreas, venham em seguida e, sós ou, melhor, em parceria com linguistas, vejam o que daqui se pode tirar sob o ponto de vista cognitivo. Outra razão para o meu “Estruturalismo” – e consequência do “património comum” de que falei – é a história cíclica da Fonologia. A Fonologia

Generativa surgiu, em finais dos anos 50, como uma reação anti-estruturalista – coisa aliás que não tem paralelo em Sintaxe. Ora, essa reação, no seu estado puro, terá durado pouco mais duma dezena de anos. Logo nos anos 70, a Fonologia Natural (a de Stampe nomeadamente) marca um regresso ao Estruturalismo pela crítica severa (e convincente) do “monismo” morfofonológico de *SPE*. A partir da mesma década, a Fonologia Autosegmental, por um lado, e a Fonologia da Dependência, por outro, ameaçam a primazia da componente computacional (das regras) do modelo *standard*, em proveito da estrutura (das representações). E em que paramos hoje? Ao fim e ao cabo, no mesmo ponto: na busca dum equilíbrio (cognitivamente?) plausível entre computação e representação, sendo que as ferramentas usadas pela primeira já não são regras, mas as restrições da Teoria da Otimidade, e que os modelos representacionais disponíveis – entre os quais, a Fonologia do Governo – são muito mais ricos e complexos do que há trinta anos. Eu situo-me nessa confluência entre Fonologia da computação e Fonologia da representação. O meu posicionamento em relação à Fonologia do Governo vem de que esta me parece ser a teoria mais promissora no campo das representações, em particular a hipótese do “CV estrito”. O que me não impede de reconhecer que ela pouco tem para oferecer noutras áreas, por exemplo, na explicação da variação e da aquisição, campo em que a OT tem sido bastante mais fértil. Penso que, tal como na história da Física, todos os modelos fonológicos são *parcialmente* válidos; a tarefa fundamental para o investigador consiste em *unificá-los*. Os verdadeiros problemas teóricos não se resolvem, dissolvem-se, quando se consegue demonstrar que duas teorias à primeira vista contraditórias não se excluem, mas se completam, que são “casos particulares” no sentido lógico-matemático do termo.

João Veloso: *Qual o lugar que reserva, na descrição fonológica das línguas, a aspetos de natureza morfológica? Por outras palavras: como vê a interação Fonologia-Morfologia? E como vê o contributo das investigações fonéticas para o avanço do conhecimento em Fonologia e, num plano mais geral, as relações entre a Fonética e a Fonologia? Como vê essa articulação em relação com os recentes desenvolvimentos na área da “Fonologia de laboratório”?*

Joaquim Brandão de Carvalho: Aí é que me revelo diretamente estruturalista. Em dois aspetos. Em primeiro lugar, a interface da Fonologia com a Morfologia não é, a meu ver, do mesmo tipo que o da interface com a Fonética. Não se trata de três andares dum prédio, de que a Fonética seria o rés-do-chão. Morfologia

e Fonologia têm objetos de estudo inteiramente diferentes, se bem que ambos sejam representações. Fonética e Fonologia, essas, partem dos mesmos dados, embora só a Fonologia *stricto sensu* trate de representações. Em segundo lugar, parece-me absurdo o papel de componente interpretativa da gramática conferido à Fonologia pelo modelo generativo clássico, baseado no caráter central da Sintaxe. A Morfossintaxe não gera aquilo que vai depois a Fonologia interpretar; julgo mais apropriado pensar que a Morfologia e (direta ou indiretamente) a Sintaxe *exploram* aquilo que lhes é fornecido pela componente fonológica. Para dar um exemplo em que trabalhei, penso que se pode demonstrar com bases puramente fonológicas que há em todas as línguas segregação dos planos vocálico e consonântico. Ora, a hipótese de tal segregação só foi geralmente aceite no caso das línguas semíticas com base na Morfologia não concatenativa dessas línguas. A meu ver, a existência desse tipo de língua é sinal de que a Morfologia, oportunista, “aproveita” esta ou aquela característica formal das representações fonológicas. Outro exemplo é a teoria, desenvolvida por Tobias Scheer, do “CV inicial”, objeto puramente fonológico “utilizado” pela Sintaxe para constituir o que outras teorias chamam “domínios”³. Em relação à Fonética, as relações são, na prática, bem mais complexas, justamente porque compartilhamos, senão o mesmo objeto (a teoria é que constrói o seu objeto), pelo menos os mesmos dados. A meu ver, foneticistas tais como Grammont, Delattre, Öhman, Ohala, Fujimura são também fonólogos, na medida em que Fonologia é teorização dos dados fonéticos. O que, confesso, me incomoda um pouco é a falta de contacto, de diálogo entre a “Fonologia de laboratório” e a Fonologia *tout court*. Falta acompanhada por vezes de desconfiança, senão hostilidade recíproca – o que, aliás, mais uma vez prova que ambas ocupam o mesmo terreno... Penso que aqui há, para além duma divergência real – e inteiramente legítima – de ordem epistemológica, um certo número de mal-entendidos da parte dos fonólogos “de laboratório”: alguns deles têm da Fonologia, digamos, formal, uma ideia perfeitamente ultrapassada e pensam que nós raciocinamos em termos de *letter-like tokens*; outros confundem “abstração” e “arbitrário” das representações fonológicas. Penso também que essa divergência é, em parte, consequência indireta da fragmentação da Fonologia a partir dos anos 80 e ilustração, no nosso campo, da crise geral sofrida pela Linguística como disciplina modelo entre as Ciências Humanas. A tendência para procurar em “laboratório” explicações (muitas vezes funcionalistas) dos fenómenos humanos (em geral, reduzidos a

³ Note-se, aliás, a origem estruturalista dessa ideia, vinda do *junction-phoneme* dos distribucionalistas americanos...

comportamentos) também não é desconhecida em Sintaxe (veja-se a HPSG) e parece-me típica de fases de crise.

João Veloso: *Como entende, por outro lado, a seguinte situação, que é a que temos tentado minorizar nos cursos de verão de Fonologia do CLUP? Certos modelos teóricos parecem “absorver” a quase totalidade da produção científica na área da Fonologia. São o “mainstream” que encontramos nas publicações mais lidas, nas universidades mais conhecidas e nos congressos mais frequentados: referimo-nos, por exemplo, à influência muito forte dos trabalhos recentemente muito formatados pela Teoria da Otimidade. Ao mesmo tempo, outros quadros teóricos são sub-representados no panorama internacional e circunscrevem-se a contextos muito localizados. É o que se passa, por exemplo, com a Fonologia do Governo, a Fonologia Declarativa ou a Fonologia Natural, entre outras correntes. A França parece ser um bom exemplo de algum pluralismo nesta matéria. Está de acordo? Que razões vê para esta tensão entre “correntes mainstream” e “correntes não-mainstream”? Qual a vantagem, em sua opinião, de conhecer mais do que um quadro teórico alternativo? Existe a possibilidade de o sucesso de alguns modelos dever ser lido como uma evidência de que só esses modelos oferecem explicações válidas? Isto é: as correntes sub-representadas são-no, porque apresentam pontos de vista errados, inaceitáveis ou definitivamente ultrapassados?*

Joaquim Brandão de Carvalho: A maneira como, no CLUP, se encara a pesquisa em Linguística e Fonologia denota, julgo eu, a maturidade e o sentido da história que relativizam, sem o menosprezar, o papel dos *mainstreams*. É talvez esse sentido da história – e da geografia – que fará, às vezes, falta nos Estados Unidos, donde nos vem a maior parte deles, em Linguística, desde os anos 60. A França não é o único país da Europa em que há um certo pluralismo, embora – é verdade – haja uma certa uniformidade, um certo monopólio exercido por um punhado de quadros teóricos a nível dos grandes editores e, portanto, dos periódicos mais divulgados, mesmo a nível europeu. Acho que haverá várias razões para isso. Para já, é muito mais *cómodo* trabalhar dentro dum *mainstream*. Pense-se numa comunicação de 20 a 25 minutos para um colóquio, ou num artigo de 40 páginas. Quem trabalha no quadro da OT não precisa gastar 5 minutos ou 10 páginas ou mais a explicar os conceitos de base do modelo; não se passa o mesmo com quem se situa dentro da Fonologia do Governo... Outra vantagem do *mainstream* é que haver bastante gente a trabalhar nele sobre um determinado

objeto, às vezes, acaba por gerar um “efeito de escola” que pode ser virtuoso quando o objeto não é um simples artefacto do modelo: o artigo *a* da autoria de *X* é criticado em *b* por *Y*, o que permite a *Z* propor em *c* uma modificação motivada da versão *standard* da teoria. Encrevé bem mostrou como atuou esse processo nos fins de 70 e começos de 80, quando uma série de estudos sobre a *liaison* do francês muito contribuiu para a emergência do conceito de esqueleto de posições. Se bem que eu não trabalhe no quadro do atual modelo dominante, só desejo que o mesmo aconteça com a Teoria da Otimidade. Mas a maior possibilidade desse “efeito de escola” não desqualifica de maneira alguma as “correntes sub-representadas” de que fala. Algumas haverá definitivamente fossilizadas, como o Estruturalismo funcionalista de Martinet. Outras têm uma vida extremamente interessante, em que o meio académico reduzido pode ter duas consequências opostas: uma é a maior liberdade, que confere à pesquisa uma pressão social menor; a outra é o perigo de virar seita. Expliquem-no os sociólogos! Seja como for, o facto de uma corrente ser *mainstream* ou, pelo contrário, sub-representada numa dada altura deve-se principalmente a fatores extrínsecos. O centro de difusão em primeiro lugar: os EU difundem em maior escala suas teorias e seus filmes pela mesma razão: por serem, pelo menos até agora, o centro *tout court*... Ou ainda pura sorte: a OT surgiu no momento apropriado para atender à preocupação fundamental dos fins dos anos 80: em vez de motivar as regras, já agora, por que não suprimi-las? A Fonologia do Governo foi outra resposta a essa ideia, mas – hélas! – o seu berço não era americano. Quanto às vantagens de conhecer mais do que um quadro teórico, parecem-me evidentes e ligadas ao que dizia há bocado: se pensarmos que há um certo consenso em relação ao objeto da Fonologia em geral, e que cada teoria goza duma validade parcial, é normal surgirem, de quando em quando, achegas interessantes neste e naquele quadro, que podem, às vezes, vir a ser transpostas, *mutatis mutandis*, para outro quadro ou contribuir para uma evolução fecunda dentro dele. Independentemente do resto do modelo em que foram propostas, noções como a de restrição violável, de avaliação (no campo computacional) ou de esqueleto CVCV... (no campo representacional) são, em si, interessantes e têm valor heurístico. Pena – e desafio para o pesquisador – é o divórcio teórico entre elas.

João Veloso: *As universidades em Portugal, e noutros países também, continuam a formar todos os anos um elevado número de linguistas. Todos os anos milhares de estudantes obtêm licenciaturas, mestrados e doutoramentos*

em Ciências da Linguagem ou Linguística e em áreas em que a Linguística faz parte da formação oferecida (estamos a pensar em diplomas mais específicos, como Ensino de Línguas, Tradução, Literatura, Informática, etc.). Pensamos que em França a situação não será muito diferente. Como é que acha que esses diplomados podem ser aproveitados socialmente? O que é que podemos oferecer e esperar, em termos de profissões ou outro tipo de contributos, a essas pessoas e dessas pessoas?

Joaquim Brandão de Carvalho: Poucos desses milhares de estudantes serão verdadeiramente linguistas. Mas terão tido acesso a uma maneira de pensar a linguagem e as línguas que não é intuitiva e é até, nalguns casos, “subversiva” em relação a preconceitos de toda a ordem. Acho que nem que seja por isso as nossas formações são extremamente úteis. Em França, onde a língua e a “gramática” (vistas como norma) são uma verdadeira ideologia nacional e causa indireta de discriminação social, oferecer Linguística na formação dos professores de letras ou de escola primária é quase uma medida de salubridade pública.

João Veloso: *Quase a terminar, fazemos-lhe uma pergunta de cariz mais “filosófico”: podemos continuar a dizer, como se disse muitas vezes no passado, que o estudo da linguagem continua a ser a chave para a compreensão do que é específico da espécie humana? Já agora: como vê as perspetivações da linguagem como uma propriedade biológica distintiva da espécie humana como a encontrada, por exemplo, na atitude “naturalista” de Chomsky e nos círculos ligados à Biolinguística? E como coaduna a sua resposta com o seu posicionamento “estruturalista”?*

Joaquim Brandão de Carvalho: O Estruturalismo – e ainda assim nem todo: lembremo-nos de Sapir – manteve-se, na realidade, agnóstico, mais do que hostil, em relação a quaisquer inferências “naturalistas”. Não sei se o estudo da linguagem é a chave para a compreensão da especificidade do humano, que bem pode haver outras, nem se a linguagem é uma propriedade *biológica*, embora distintiva da espécie humana pareça razoável admiti-lo. Noto, no entanto, que a definição por Chomsky do que é *language-specific* nas propriedades da linguagem tem vindo a reduzir-se ao mínimo, isto é, à Sintaxe e, nela, à simples recursividade, apesar da quantidade de universais descobertos pela Linguística do século passado, tanto em Sintaxe como em Fonologia. Serão esses universais, embora não especificamente linguísticos, especificamente

humanos? Tenho dúvidas. Penso, por exemplo, como fonólogo, no *Princípio do Contorno Obrigatório* (OCP), que talvez também governe a percepção visual, tanto nos humanos como noutras espécies. Seja como for, como “constelação” de princípios não especificamente linguísticos, e nem sequer específicos, cada um por si, da espécie humana, a linguagem parece-me distintiva desta. E, a ser esse o caso, a nossa grande especificidade consistiria num fabuloso talento para *bricolage*.

João Veloso: *Terminamos com uma pergunta que é, de certa forma, uma conclusão (ou, pelo menos, uma consequência) da anterior: qual é, em seu entender, o enquadramento “natural” de um departamento universitário de Linguística? Continua a fazer sentido, nos dias de hoje, integrar a Linguística em faculdades “de letras”, repartindo espaço e recursos académicos com áreas como a Literatura e a História, quando hoje a Linguística contemporânea estabelece relações muito óbvias com domínios como as Neurociências, as Ciências Cognitivas, a Lógica e as Ciências da Computação?*

Joaquim Brandão de Carvalho: A solução ideal é, em teoria, a que conheço na minha universidade, Paris VIII-Saint Denis, em que as Ciências da Linguagem – divididas em três formações: Linguística Geral, Didática e Aquisição das Línguas e Linguística e Língua Gestual – constituem um departamento independente. Coisa que receio não dure muito tempo, dada a evolução e a burocratização crescente do mundo académico, incompatíveis a médio prazo com os recursos administrativos e humanos de um pequeno departamento (somos, e de longe, o mais pequeno dos treze da nossa universidade). Mas, se forem necessárias integrações em estruturas maiores, como institutos ou faculdades, sim, compreendo que sejam mais indicados hoje em dia casamentos com as Ciências Humanas, a Lógica e a Filosofia que com as Letras (e mesmo com as línguas, onde predomina a componente literária). Quanto mais não seja por razões ligadas à visibilidade da nossa área. Noto que até nos dias de hoje, nas livrarias em Portugal como em França, os livros de Linguística estão com as Letras, longe das estantes das “Ciências Humanas”. Isso provém, claro, dos tempos da velha Filologia. Mas o certo é que contribui por sua vez para perpetuar certas confusões. Outra razão é que, ainda que eu não acredite muito, como disse, em muita pesquisa que por aí se faz no âmbito da “Neurolinguística”, quem sabe se o convívio académico entre verdadeiros linguistas e verdadeiros neurocientistas não há-de provocar, a mais ou menos longo prazo, uma real e fecunda interação.